

ECONOMIA COLABORATIVA NOS CINECLUBES



Estudo propositivo de alternativas de fomento no sistema do audiovisual com foco na "exibição"

Andréa Saraiva



Fortaleza, 2010

Dedico esse estudo aos meus sobrinhos de sangue: Vítor (o Bimbinho), Eugênio (o bizunga), Pedro (o Pepê Burunga), Vitória (vivi, maluquete), Helena (a Lelê) e Eduardo (o Dudu) e meus sobrinhos de coração: Mariana (Bebê), Chico Lima (o paxxxxtel), Joaquim (o Joca) e outras tantas crianças da minha vida.

Ao Vila das Artes, precioso equipamento cultural da Prefeitura de Fortaleza cuja importância para o cenário do audiovisual é incontestado e que me possibilitou a chance de conviver com o universo apaixonante do cineclubismo.

Aos implementadrxs desse país, heróis e heroínas da resistência das políticas de governo e que renegam a pecha do "severismo de estado". Pra quem não sabe o que é "sevirismo": uma filosofia de que o estado dê um pouco pois os movimentos e artistas se "viram". Não fazem o mesmo com as indústrias e empresas de cultura.

À Regiane Nigro que percebeu que esse estudo pudesse contribuir de alguma maneira e insistiu para que eu publicasse. A culpa é dela..

O Artivismo em Rede

O Artivismo é uma rede cogestionária composta por vários cineclubes e cineclubistas do Ceará. O grupo foi gestado no curso "Pontos de Cortes", promovido pela Escola de Audiovisual Vila das Artes. Os cineclubes são oriundos de todas as regionais da cidade de Fortaleza. Daí sua enorme capilaridade e conhecimento do fazer cultural à margem dos grandes centros.

A tônica é disseminar cineclubes, formar rede. É agir colaborativamente e buscar formas alternativas de sustentabilidade. O grupo é incubado pela ONG Ceará em foco que trabalha a perspectiva da sustentabilidade financeira pelo viés da economia solidária.

O Artivismo em Rede foi contemplado com kit de exibição no edital do Ministério da Cultura mas enfrenta grave crise para manter o aluguel do local de exibição e seus enormes custeios.

Compartilhamos esse estudo propositivo, pensando que isso não é um problema específico da nossa organização e rede mas que é problema generalizado e gritante do momento de horror que está passando o terceiro setor ligado à cultura. São de fato, prestadores de serviço ao Estado mas que não recebem a devida atenção da política pública para o setor.

A sede da Ceará em Foco, um local de congregação de múltiplas artes em Fortaleza, está prestes a fechar suas portas por inanição financeira.

Daí que achamos oportuno divulgar esse estudo para compartilharmos perspectivas.

Esse estudo foi feito em julho de 2009 e revisto dia 24 de outubro. Fizemos poucas modificações de forma a ampliar o alcance de sua implementação.

Aponta algumas distorções dos mecanismos de fomento mas aponta também sua superação. Adentra o mundo do audiovisual colocando em relevo a tragédia da "exibição" no sistema produtivo da economia da cultura brasileiro, o pouco investimento governamental que é dado a esse "elo" tão importante que é entregue à indústria e ao mercado excludente.

Não se pretende acabado, antes é um chamamento. Um convite.

Cineclubes, atitude ativista

A prática cineclubista tem sido marcada pela sétima arte como expressão política que foi símbolo de resistência em períodos de trevas no mundo, como prática educativa de formação de plateia e de pensamentos, como despertar da arte e como compartilhamento do conhecimento.

Rompe a lógica monopolista do mercado de audiovisual totalmente dominado pelas mega corporações.

O que o cineclube pratica é o direito ao acesso à cultura preconizado pela Constituição Federal. Faz mediação entre o governo e sociedade. Executando, portanto, o trabalho de política pública de Estado de forma voluntária.

O Estado vem incentivando via editais, os cineclubes com *kits* que consistem na distribuição de equipamentos necessários para exibição. Além dos kits, são ofertadas oficinas pros premiados e estes têm direito de exibir os filmes que estão no catálogo da distribuidora Brasil que por sua vez remunera os realizadores.

A verba que o governo aplica é distribuída eminentemente entre as indústrias que fabricam equipamentos de áudio e vídeo, uma vez que é o governo quem faz a compra e distribui aos cineclubes. Os cineclubistas não têm poder de escolha e a grande indústria é beneficiada em detrimento do comércio local em razão de que uma única empresa vence a licitação dos referidos equipamentos.

Outra parte da verba do edital vai para oficinairos contratados pelo Ministério da Cultura e outra parte vai para o pagamento dos direitos autorais dos realizadores via Produtora Brasil.

Como se vê, quase todos os elos são remunerados dentro desse sistema. Menos o “exibidores” - como fartamente indicado aqui nesse estudo – que é instado a fazer sua parte como apoiador.

Indubitavelmente, a política de distribuição de kits foi um marco para o audiovisual comunitário. Mas entendemos que é momento de criar mecanismos e políticas que fomentem o fomento. Que beba da fonte da economia solidária.

Nosso estudo propõe pensar além dessa política dos kits. Posto que uma série de problemas vêm sendo vivenciados no mundo real dos cineclubista brasileiro. O referido edital imputa uma série de responsabilidades que o proponente tem que cumprir. A primeira dessas obrigações é exibir pelo menos uma vez por semana, além de relatórios de acompanhamento.

Afora a questionável qualidade dos equipamentos adquiridos e sem prever verba para manutenção dos mesmos, alguns pontos críticos desse tipo de fomento emergem quase que unanimemente no cenário dos exibidores voluntários nesse país. Disto tratamos em seguida.

O edital proíbe, por exemplo, a comercialização de ingressos, obrigando o exibidor a manter a gratuidade, mas não dá condição de sustentabilidade financeira dos cineclubistas, o que é o mesmo que incentivar o voluntariado. Estranho perceber que os cineclubistas exercem uma função pública que é obrigação do estado que é promover acesso mas não obtém o devido reconhecimento e equivalência em termos de investimento nesse setor

primordial para o sistema produtivo do audiovisual.

Uma vez incentivado, o potencial econômico dessa rede de cineclubistas e exibidores irá retroalimentar o sistema produtivo do audiovisual. Desta feita com modelo de negócios mais justos, colaborativos, horizontais.

Outro potencial da rede de cineclubistas está na sua forte ligação comunitária. Pode-se dizer sem medo de parecer exagero, que os cineclubes são expoentes genuínos dessas. Daí a se dizer que poderá ser vetor de desenvolvimento local sustentável.

Com efeito, existem graves entraves vivenciados em termos de manutenção do espaço. Demonstrando a grande dificuldade que é o de manter o local de exibição. Os editais não cobrem custeio como aluguel, água, luz, telefone, internet. E nem prevê verba de capital para aquisição de poltronas, computadores para edição etc.

O curioso dos cineclubes é que são excluídos das políticas de cultura e, de maneira involuntária, retroalimentam a cadeia produtiva e as grandes indústrias, porquanto despertam pessoas à irem aos cinemas. Ou seja, criam público, plateia (ou “mercado” pra usar o termo apropriado à lógica capitalista).

Isso posto não é forçoso afirmar que há investimento para aquisição de equipamentos de exibição. O Problema é a sustentabilidade financeira dos cineclubes que baseia-se no voluntarismo.

A respeito do voluntarismo, “militância” dos cineclubistas, cabe o cuidado de afirmar que são práticas louváveis. No entanto, o que o que se quer é que sejam dadas as condições de opção. Nesse modelo adotado pelo Estado, não se tem a opção de **não** ser voluntário e de aliar essa paixão a uma atividade remunerada. Nossa proposta se pauta na possibilidade de exibidores serem profissionalizados, gerar renda fazendo o que mais gostam e sabem fazer.

Por fim, conclui-se que as políticas públicas aplicadas aos cineclubes não preveem sustentabilidade financeira nem pros cineclubes e nem pros cineclubistas.

Veremos em seguida, que os cineclubistas estão inseridos no elo “exibidores” e para entendimento da nossa proposição é necessário uma breve análise do sistema produtivo do audiovisual brasileiro e como as políticas públicas têm investido no setor.

Sistema do Audiovisual

A indústria do audiovisual, tratada também como indústria do entretenimento é um dos mais estruturados e rentáveis investimentos comerciais do mundo. Em alguns países da Europa e nos EUA correspondem a 8% do PIB.

O sistema produtivo do audiovisual é composto por três elos:

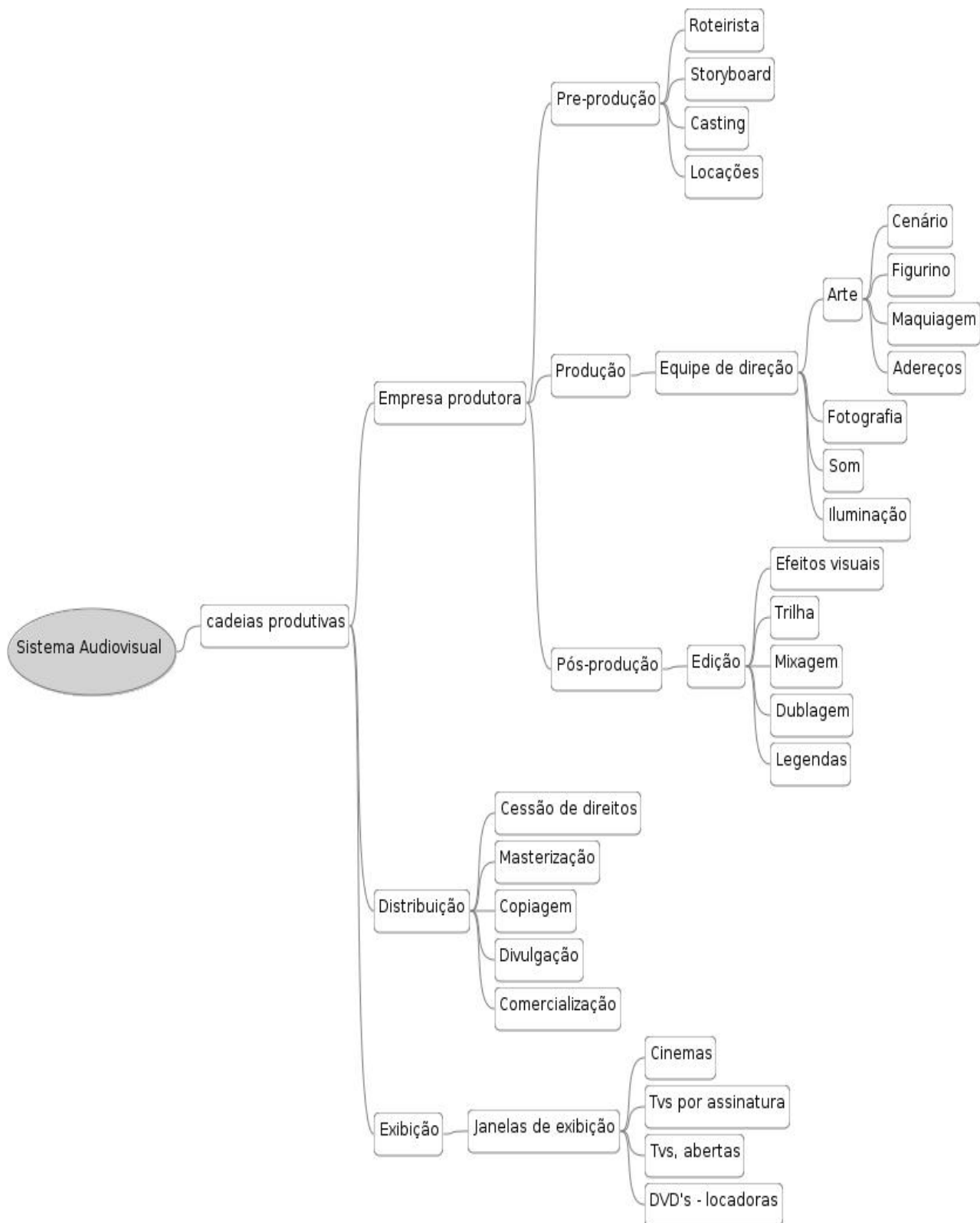
1. Empresa produtora/ Realizadores,
2. Distribuição
3. Exibição

Cada um desses elos alimentam outros tantos subsistemas e geram renda a vários profissionais da cultura. Há uma grande complexidade derivadas da economia da cultura do audiovisual. Se compararmos com o sistema produtivo do artesanato, por exemplo, onde os níveis de produção e escoamento são bem mais simples e de custos bem mais modestos.

Assinalemos à guisa de exemplificação que a produção no audiovisual envolve uma gama de profissionais das mais diversas áreas artísticas: cenografia (artes plásticas), Figurino, maquiagens, adereços (moda), fotografia (artes visuais), som (música).....

O desenho abaixo permite uma melhor visualização desse complexo sistema.

Sistema produtivo do audiovisual



Elo Empresas produtoras/realizadores

Ainda que coubesse um estudo aprofundado sobre o investimento do setor público com fins de chegar a soma de quanto é investido pelo Estado nesse setor, não é o foco de nossa atenção no momento. Saliente-se apenas que boa parte do que é realizado e financiado pelas leis de incentivo e editais não chega à população brasileira. Raros são os filmes que chegam às salas de exibição.

É o caso de se perguntar qual a intenção mesmo de financiar algo que não chega a quem pagou, a saber os contribuintes brasileiros. Resulta que a política pública motivadora do investimento é unilateral, pois não atinge o direito fundamental ao acesso à cultura. Favorece tão somente a grande e injusta indústria da cultura e a quem pode pagar por ela.

Ressalte-se que defendemos o investimento do estado na realização de filmes. O problema não está em quem realiza, mas nos mecanismos e no paradigma de políticas públicas atuais que tem que ser revistos.

Com referência aos dois elos restantes do sistema produtivo de audiovisual brasileiro: “distribuição” e “exibição”, podemos perceber o alto grau de monopólio existentes nos elos. O Estado investe e o mercado se apropria com suas próprias regras monopolistas e excludente.

Elo Distribuidoras

Anualmente são lançados vários filmes brasileiros, mas poucos são os que chegam às salas de exibição. Os grandes distribuidores denominados “*majors*” são os responsáveis pela distribuição de filmes, definindo assim o que o brasileiro deve ou não assistir. Ou seja, o que passa nas salas de cinema é determinado por poucas empresas com monopólio da distribuição de filmes. O fator lucratividade é o único fim.

Alguns dados de 2008 da Ancine:

Títulos lançados

	<i>Total</i>	<i>Participação %</i>
Titulos lançados	323	100%
Brasil	79	24,46%
Estrangeiros	248	75,54%

Cópias Lançadas

	<i>Total</i>	<i>Participação %</i>
Cópias lançadas	21.878	100%
Brasil	1.874	8,57%
Estrangeiros	20.004	91,43%

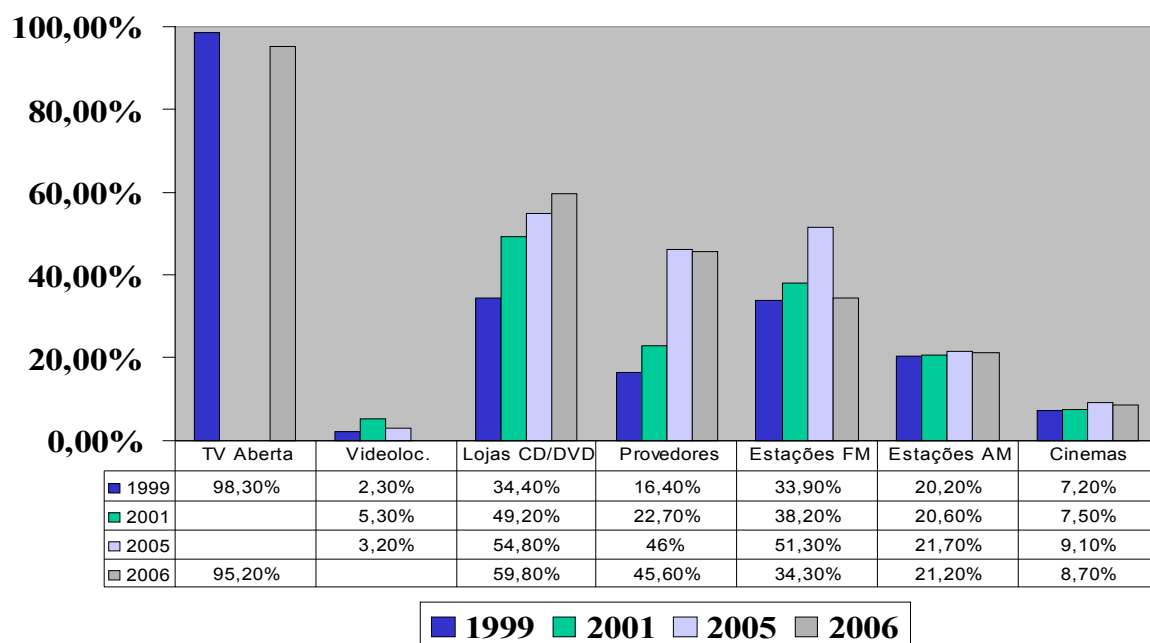
Renda gerada

	<i>Montante do Lucro</i>
Títulos brasileiros	9,63%
Títulos estrangeiros	90,37%

Elo Exibição - A tragédia da “exibição” no sistema produtivo do audiovisual

No Brasil existe 2278 salas de cinema em 816 complexos. Poucos grupos empresariais detém esse mercado.

Equipamentos culturais nos municípios brasileiros



Fonte: IBGE MUNIC 2006

Salas de exibição no Ceará

Município	Complexo	Salas de exibição
Fortaleza	8	29
Iguatu	1	1
Juazeiro	1	2
Maracanaú	1	2
Sobral	1	2
Total	12	36

Fonte: Ancine 2009

Existem 36 salas de cinema no Ceará inteiro. Note-se preponderância na capital região metropolitana. Cineclubes não parecem nas estatísticas.

Salas de exibição em Fortaleza, por grupo empresarial

Grupo	Sala	%
UCI	12	41%
GSR	6	21%
INDEPENDENTE	5	17%
ARCO	4	14%
ESPAÇO	2	7%
TOTAL	29	100%

Fonte: Ancine 2009

Cineclubes não aparecem nas estatísticas.

Comparativo com outros Estados

<i>Estado</i>	<i>Salas de exibição</i>
Pernambuco	60
Bahia	72
Minas Gerais	206
São Paulo	800

Fonte: Ancine 2009

Proposta

Após análise do sistema produtivo do audiovisual, apresentamos a proposta que segue abaixo ao Fórum Cearense de Audiovisual, que corroborou com a análise e com a sugestão de um edital específico ao cineclubismo para finalidades que não sejam somente a aquisição de equipamentos.

È indiscutível a demanda por salas de exibição no país inteiro, onde estão presentes em apenas 8% dos municípios brasileiros. O outro lado da estatística: 92% dos municípios brasileiros não têm salas de cinema.

O governo brasileiro abriu um fundo para incentivar a construção de cinemas. No entanto ficou restrito às empresas. O que reforça a tese de que dinheiro atrai dinheiro e o terceiro setor não foi foco do benefício.

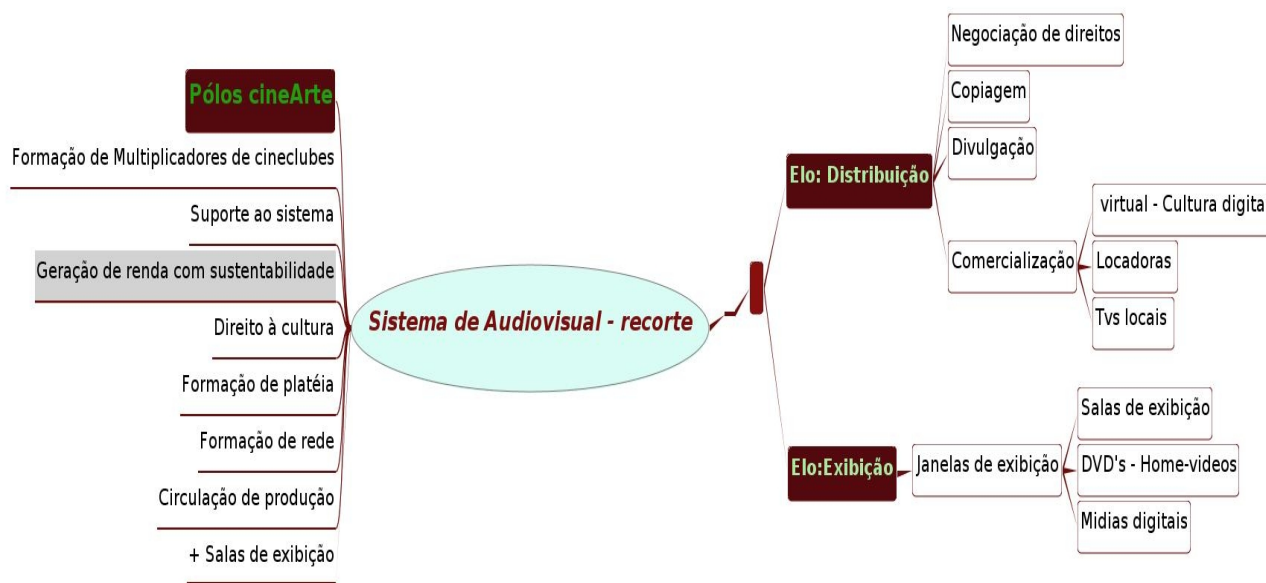
Com efeito, nossa proposta não se opõe aos elos do sistema. Antes, propõe ações articuladas com os diversos setores em busca de novos modelos de negócios e sustentabilidade, utilizando outros moldes para o cenário do sistema produtivo do audiovisual no nosso Estado.

A proposta pretende ser potencializadora e agregadora do sistema produtivo do audiovisual, atuando nos elos "**distribuição**" e "**exibição**", estruturando modelos de negociações sustentáveis em que todos os agentes têm participação direta e rentabilidade compartilhada. Sem a figura de intermediários e sem a lógica meramente mercadológica.

Nossa proposta concreta é que seja investido o montante do edital para implementação de cinemas populares denominados provisoriamente de "Polos CineArte". É essa a demanda dos agentes de audiovisual cearense.

Consiste na implementação de referidos polos, baseados boa parte na experiência exitosa dos "popcines". A troca de conversa com os idealizadores, fundamental para que não tenhamos que inventar a roda e ter base concreta para nossa proposição.

Sistematização da proposta



Ideia do CineArte foi baseada nos popcines. Principais:

As sessões teriam uma taxa de manutenção, ou ingresso, que por definição regimental do Circuito "não podem ultrapassar a metade do ingresso médio de cinema praticado no País"; isto, atualmente, equivale a uma "inteira" de R\$ 4,00 (quatro reais) e uma "meia" de R\$ 2,00 (dois reais).

Obs: valor sugerido em 2009. Não revisado

Distribuição de renda

A renda auferida nessas sessões é partilhada, em média, na seguinte proporção:

- 35% para o detentor dos direitos do filme
- 25% para o CPCine
- 40% para a sala (instituição) exibidora

Sustentabilidade financeira e geração de trabalho e renda

Com 25% de ocupação de um número mínimo de sessões, as salas pagam inteiramente seus custos de manutenção, incluindo dois funcionários. Atividades complementares – outras sessões, lanchonete, pipoca, etc. – geram receita para contratação de até 3 outros colaboradores.

Formação Continuada

Uma equipe responsável por incubar os grupos, implementar os equipos, acompanhamento e formação por dois anos, com fins de transferir tecnologia pedagógica com vistas à sustentabilidade financeira.

Orçamento físico-financeiro II – Custo por sala

		Quantidade	unidade	Quant. de unidades	Valor unitário R\$	Total linha	Total
4	Projeto						
4.1	Projeto Técnico	1	serviço	8.000	8.000		
4.2	Projeto Ambientação e Com. Visual	1	serviço	1.500	1.500		
4.3	Acompanhamento da obra de adaptação	1	serviço	1.500	1.500		
	Total Projeto						11.000
5	Montagem da sala						
5.1	poltronas	1	peças	100	180	18.000	
5.2	conjunto de projeção	1	conjunto	1	20.000	20.000	
5.3	mão de obra instalação	1	verba	1	3.500	3.500	
5.4	ar condicionado	1	conjunto	1	22.000	22.000	
5.5	luminoso	1	unidade	1	6.000	6.000	
	Total Montagem da Sala						68.500
	Total Custo por sala						79.500

Custos por sala de exibição:

Obs.: Os custos foram estimados em 2010. Não atualizei. Mas a estimativa de implementação fica em torno de R\$ 100 mil reais.

Exemplo do popcine

**POPCINE**
CIRCUITO POPULAR DE CINEMA

Instalada na rua de mesmo nome, que já tem uma forte tradição de ligação à juventude estudantil, a **Sala Maria Antonia** fica no centro de uma intensa circulação de jovens e estudantes, ao lado da Universidade Mackenzie e em frente ao Centro Universitário Maria Antonia (antiga Faculdade de Filosofia) da USP



Composição do Edital

A proposta é que haja duas linha temáticas lançadas no mesmo edital.

Linha temática "A" – Implementação de polos de exibição/distribuição

O objetivo desses polos é dar suporte ao sistema produtivo do audiovisual cearense no elo "distribuição e exibição".

O que compõem os polos cineArte?

- 1 sala de exibição (sala climatizada, aparelhada, confortável) funcional para uso de formação/capacitação em cineclube, debates etc.
- 1 sala para distribuição (promoção de cultura digital – comercialização por distribuição virtual, produção de vinhetas, prensagem, videoteca e mix de vitrine de comercializaçãode produtos derivados) – janela de exibição DVD/home video
- Pipocaria e tapiocaria-café - poderia ser da iniciativa privada ou com comunitários.

Do ponto de vista dos princípios:

- Os polos terão a tarefa de formar plateia, implementar o direito à cultura e informação, difundir o cineclube, desenvolver multiplicadores, ir além de formar expectadores, pois promoverá o ativismo. Ainda, gerar renda com sustentabilidade: apoio ao comercio local, formação de rede, preço justo, autogestão.

Linha Temática B - Rede de Formação e Implementação do polos:

Objetivos:

- Implementação, acompanhamento, orientação, formação continuada e avaliação dos polos CineArt.
- O edital/chamada preverá as propostas metodológicas de implantação e formação.

Essa linha temática é importante pra garantir que haja uma metodologia a ser seguida e garantirá que os princípios, verbas e formação sejam devidamente aplicados.

Conclusão

A proposta foi pensada para ser um edital, mas pode ser aplicada também como abertura de linha de crédito nos bancos populares ou estatais.

Poderia ser uma ação conjunta entre Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério da Cultura, Ministério da Ciência e Tecnologia e Bancos estatais em nível federal. Como pode ser aplicada também pelos Estados em conjunto com Secretarias de Cultura com Secretarias de finanças, tecnologia etc. Em nível de município, idem.

Há que se aponte também o imperativo da formação continuada desde a implementação até sua consolidação. Sem o quê, dificilmente a proposta logrará êxito. Formação é um item obrigatório em todas as políticas de cultura.

Esse estudo poderá ser adaptado a outros Estados. Usamos o Ceará como exemplo, pelo fato de que essa ideia foi pensada inicialmente para ser apresentada à Secretaria de Cultura no que foi plenamente aceita pelo Secretário e que não vingou por que faltou o movimento ou a rede para aplicá-la.

Disponibilizando e sistematizando o estudo, alimentamos a esperança de que a ideia possa ser disseminada, aperfeiçoada e implementada.

Créditos:

Organização, Pesquisa, Compilação e análise dos dados: Andréa Saraiva –
Ceará em foco: Antenas e Raízes | Twitter: @andreasaraiva
Fortaleza, 16 de julho de 2009 | Revisado em 24 de outubro de 2010
Revisão do Texto: Meiry Coelho e Regiane Nigro



Proposta elaborada no Ativismo em Rede – Cineclubismo Cearense. Grupo oriundo do curso "pontos de corte" da Escola de Audiovisual Vila das Artes. Prefeitura de Fortaleza – Ce.

Andréa Saraiva é escritora, autora dos Livros Orélio Cearense – Dicionário ilustrado e romanceado de termos e expressões do Ceará e de "Existe Vida cultural além de editais?" É consultora e implementadora de Políticas de Cultura e de Tecnologia.

Outros artigos e e-books podem ser encontradas aqui:
<http://www.overmundo.com.br/perfis/andrea-saraiva>



Consultoria: Andréa Saraiva



Ceará em Foco
antenas e raízes